

Bahia



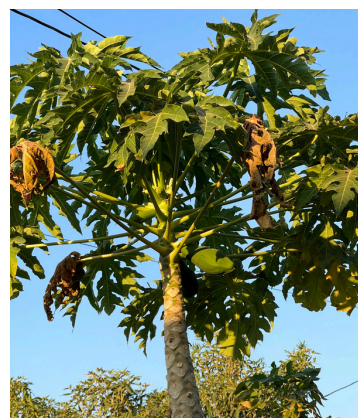
Entre deslocamentos e permanências, família reinventa-se para seguir vivendo no semiárido

Reinventar-se para viver no semiárido é um desafio que a família de Elizabete Machado enfrenta há quase cinco décadas. Hoje morando na comunidade de Lages, no interior de Sento Sé, município do Sertão baiano, a aposentada de 86 anos viveu, de 1939 a 1976, em Olaria, comunidade outrora localizada às margens do Rio São Francisco. O fato que mudou a vida dela, de seu falecido marido, Clemente Machado, e de seus filhos foi o mesmo que afetou milhares de ribeirinhos na década de 1970: a construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho. O empreendimento, que forçou a relocação da família para terras distantes de onde ocorriam suas vidas, também afastou-lhes do acesso a um bem precioso: a água.

Antes, a proximidade com o Velho Chico proporcionava abundância de alimentos, segundo conta a matriarca. “No rio, a gente tinha fartura de tudo. Era o feijão, o milho, a batata, a abóbora, a mandioca, tudo que a gente plantava vinha com fartura”, lembra. A mudança para uma comunidade de sequeiro, porém, afetou os meios de subsistência da família, que passou a depender do regime irregular de chuvas, típico do Semiárido, e de trabalhos para outros proprietários de terra.

Jailde Machado, uma dos sete filhos de Elizabete, tinha 10 anos quando a família se mudou. Ela relata o impacto sofrido ao recordar o que o patriarca lhe falava, antes da migração forçada. “Meu pai dizia: ‘Quando vocês chegarem lá, a água é salgada’. Aí eu perguntava: ‘E vai botar sal na água pra quê, meu pai?’. Ele também dizia: ‘Quando chegar lá, vocês vão comer carne de bode, que aqui vocês não conhecem’. Porque lá [em Olaria] a gente só sabia o que era carne de gado e ovelha. E tinha peixe demais. Hoje em dia, tem que comprar”, lamenta.

Com dificuldade, a família conseguiu se ajeitar no novo endereço. Após passarem um período morando na casa da sogra de dona Elizabete, mudaram-se para uma residência nova, construída, em parte, com a madeira trazida de Olaria. Em uma roça adquirida pouco antes da migração, na região do Boqueirão, que fica próxima a Lages, Clemente abriu uma cacimba pequena, a qual servia para armazenar água, destinada ao consumo humano e animal. Esse reservatório foi fundamental para sustentar o núcleo familiar por anos, especialmente porque, como recorda Janilde, seu pai cuidava bem do espaço, limpando-o regularmente e garantindo que o recurso permanecesse potável. Tempos depois, a comunidade ainda ganhou um poço artesiano, que abastecia os moradores com uma água salobra, mas útil, especialmente, para as criações.



Banana, seriguela, coco e mamão produzidos na propriedade da família



Cisterna de produção



Ovinos



Galinhas

Em 2003, através da Diocese de Juazeiro e do Programa Cisternas, a família recebeu uma cisterna de placas em sua propriedade. “Isso mudou muita coisa, porque pra gente se manter tinha a cisterna. Também ajeitaram uma barragem que fica quase no final da minha roça, aí os animais se mantinham por lá. Mas, para plantar, era só quando chovia”, conta Elizabete.

Há quatro anos, a família cavou, com recursos próprios, um novo poço. A água, salgada como a que vem do poço comunitário, hoje é usada para dar de beber aos animais da roça — galinhas, bodes e ovelhas — e para irrigar a plantação de coqueiro e de palma. Isso porque a família teve experiências negativas no passado, quando perdeu alguns de seus cultivos ao molhar as plantas com a mesma água.

Em 2025, a família foi contemplada com uma cisterna do tipo calçadão, construída por meio do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Além disso, recebeu um apoio de R\$ 4,6 mil para investir em melhorias na propriedade. Essas ações são resultado da união de duas políticas públicas: o P1+2, que garante os recursos para a construção da cisterna, e o Fomento Rural, que oferece o apoio financeiro às famílias.

Com essas mudanças, a expectativa é que a cisterna permita ampliar a produção da família, principalmente diante das mudanças climáticas, que vêm tornando ainda mais irregulares as chuvas na região. “Se chover, dá uma melhorada, porque aí você pode plantar uma verdura, um feijão... Dependendo da chuva, a cisterna vai acumular água que mais tarde vai poder ser usada para molhar o milho e a abóbora. E dá para plantar alguma coisa para alimentar as criações”, afirma Jailde. Quanto ao fomento rural recebido pela participação nessa política pública, a família emprega o recurso em melhorias na propriedade, como a instalação de cercas na cisterna e de uma cobertura no local onde os animais são criados.

As políticas de acesso à água trouxeram mais conforto e melhores condições para que a família continue vivendo e produzindo na terra. No entanto, uma nova questão tem preocupado toda a comunidade: a segurança dos agricultores e de suas produções, com a proximidade das onças. A inquietação surgiu a partir de 2018, com a criação do Parque Nacional do Boqueirão da Onça. A área, destinada à preservação de espécies animais ameaçadas de extinção, abrange municípios do Norte baiano, entre eles, Sento-Sé, onde está a roça da família.

Segundo Janilde Machado, também filha de dona Elizabete, o processo de demarcação do parque não teve uma consulta à população, e a soltura de onças próximo às comunidades de fundo de pasto ameaça a sobrevivência dos animais, além de amedrontar os próprios moradores. Ela, que hoje mora em São Paulo, mas deseja retornar para viver próximo da mãe, confessa que tem receio de não obter sucesso nessa empreitada. “Aqui em Sento Sé, nos sobrou aprender a conviver com a Caatinga. Nos adaptamos criando ovelha e bode. Mas não podemos mais criar, porque o fundo de pasto agora está todo inserido no Parque Boqueirão da Onça, onde a onça vem beber e comer. E eu não estou dizendo que é para acabar com a preservação, mas que se ofereçam meios para que a gente continue plantando, colhendo e criando da mesma forma que antes”, defende.



Jailde e Janilde ao lado da cisterna de produção